

CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP

Termo de Referência 70/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
70/2025	926753-CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-SP	GRAZIELLA PAULA ATUM DORTA	14/08/2025 17:39 (v 0.8)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		013/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES
COMERCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO - CORE-SP

(Processo Administrativo nº 013/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Plano ou Seguros Privados de Assistência à Saúde denominadas Operadoras de Plano de Saúde, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para **prestação de serviços de assistência médica / odontológica e/ou seguro saúde / seguro odontológico**, sem carência, com cobertura assistencial médico hospitalar incluindo partos, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas no âmbito de todo o território nacional, padrão apartamento individual com banheiro privativo, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a saúde, da OMS, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas com cobertura de todas as especialidades reconhecidas ou que vierem a ser reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina – CFM e exames complementares reconhecidos ou que vierem a ser reconhecidos pela Agência Nacional de Saúde – ANS e Plano Odontológico ANS - para os colaboradores e seus dependentes indicados. A Contratada deverá oferecer, no mínimo, os serviços de emergência 24 horas, cirurgias e radiografias, restaurações, tratamento de canal e gengiva, extração de dentes do siso, aplicação de flúor e selantes, limpezas periódicas, próteses simples (unitária), consultas com especialistas em odontopediatria, e demais serviços de plano odontológico estabelecidos pelo rol da Agência

Nacional de Saúde – ANS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Quantitativo consolidado do Gerenciador e Participantes: Core-SP + CREF3-SC + CORE-CE + CRECI-DF + CORE-AL

Grupo	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
01	01	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 0 a 18 anos	336	Unidade	R\$ 748,85	R\$ 251.613,60
	02	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 19 a 23 anos	216	Unidade	R\$ 936,06	R\$ 202.188,96
	03	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	324	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 376.073,28
	04	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	360	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 463.824,00
	05	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 34 a 38 anos	444	Unidade	R\$ 1.378,59	R\$ 612.093,96
	06	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	552	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 882.736,32
	07	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	348	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 665.250,72
	08	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	360	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 806.558,40
	09	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 54 a 58 anos	216	Unidade	R\$ 2.667,24	R\$ 576.123,84
	10	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para acima de 59 anos	168	Unidade	R\$ 4.492,97	R\$ 754.818,96
Valor total estimado do grupo para 12 (doze) meses >>>							R\$ 5.591.282,04

Grupo	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
-	11	5908	plano de odontológico, conforme especificado no item 6.13. DO PLANO ODONTOLÓGICO do ETP	3.264	Unidades	R\$ 29,90	R\$ 97.593,60
Valor total estimado do item para 12 (doze) meses >>>							R\$ 97.593,60

Valor total estimado da contratação para 12 meses: R\$ 5.688.875,64 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

1.1.2. CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO - CORE-SP: (Gerenciador)

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total

926753	01	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 0 a 18 anos	60	Unidade	R\$ 748,85	R\$ 44.931,00
	02	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 19 a 23 anos	36	Unidade	R\$ 936,06	R\$ 33.698,16
	03	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	84	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 97.500,48
	04	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	216	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 278.294,40
	05	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 34 a 38 anos	168	Unidade	R\$ 1.378,59	R\$ 231.603,12
	06	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	216	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 345.418,56
	07	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	108	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 206.457,12
	08	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	120	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 268.852,80
	09	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 54 a 58 anos	96	Unidade	R\$ 2.667,24	R\$ 256.055,04
	10	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para acima de 59 anos	72	Unidade	R\$ 4.492,97	R\$ 323.493,84
Valor total estimado do grupo para 12 (doze) meses >>>							R\$ 2.086.304,52

Memória de Cálculo: Para alinhar o sistema Compras.gov.br ao prazo inicial do contrato, o cálculo acima foi realizado considerando o número de vidas por item (empregados e dependentes legais) e o período contratual de 12 (doze) meses. Para cada item, a quantidade de vidas foi multiplicada pelo número de meses (vidas × meses), conforme demonstrado na tabela. Ressalta-se que os valores apresentados são estimados com base na adesão dos empregados e de seus dependentes legais.

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926753	11	5908	plano de odontológico, conforme especificado no item 6.13. DO PLANO ODONTOLÓGICO do ETP	1.176	Unidades	R\$ 29,90	R\$ 35.162,40
Valor total estimado do item para 12 (doze) meses >>>							R\$ 35.162,40

Memória de Cálculo: Para compatibilizar o sistema Compras.gov.br com os parâmetros contratuais, foram consideradas 122 vidas (empregados e dependentes legais) para um período de 12 (doze) meses, totalizando 1.464 unidades, conforme demonstrado na tabela acima. Os valores são estimados com base na adesão de empregados e seus dependentes legais.

A contratação do Grupo 1 e do Item 11 da tabela acima poderá ser realizada de forma independente, admitindo-se a adjudicação a empresas distintas.

**Em relação ao Plano Odontológico, não há histórico de contratação anterior, pois trata-se de um serviço novo no âmbito do Core-SP (trecho extraído do D.O.D. nº 020/2025).*

1.1.3. CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA 3A - SC: (Participante)

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
	12	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 0 a 18 anos	84	Unidade	R\$ 748,85	R\$ 62.903,40

926718	13	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 19 a 23 anos	12	Unidade	R\$ 936,06	R\$ 11.232,72
	14	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	36	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 41.785,92
	15	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	36	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 46.382,40
	16	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 34 a 38 anos	144	Unidade	R\$ 1.378,59	R\$ 198.516,96
	17	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	108	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 172.709,28
	18	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	12	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 22.939,68
	19	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	36	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 80.655,84
	20	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 54 a 58 anos	12	Unidade	R\$ 2.667,24	R\$ 32.006,88
Valor total estimado do grupo para 12 (doze) meses >>>							R\$ 669.133,08

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926718	21	5908	plano de odontológico, conforme especificado no item 6.13. DO PLANO ODONTOLÓGICO do ETP	672	Unidades	R\$ 29,90	R\$ 20.092,80
Valor total estimado do item para 12 (doze) meses >>>							R\$ 20.092,80

1.1.4. CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO CEARÁ - CORE-CE: (Participante)

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926712	22	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 0 a 18 anos	12	Unidade	R\$ 748,85	R\$ 8.986,20
	23	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 19 a 23 anos	12	Unidade	R\$ 936,06	R\$ 11.232,72
	24	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	72	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 83.571,84
	25	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	24	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 30.921,60
	26	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 34 a 38 anos	48	Unidade	R\$ 1.378,59	R\$ 66.172,32
	27	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	24	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 38.379,84
	28	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	36	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 68.819,04
	29	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	12	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 26.885,28
	30	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 54 a 58 anos	12	Unidade	R\$ 2.667,24	R\$ 32.006,88

1.1.5. CONSELHO REGIONAL DE CRECICORRETORES DE IMOVEIS 8ª - DF: (Participante)

Grupo	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926372	31	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 0 a 18 anos	180	Unidade	R\$ 748,85	R\$ 134.793,00
	32	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 19 a 23 anos	156	Unidade	R\$ 936,06	R\$ 146.025,36
	33	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	108	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 125.357,76
	34	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	60	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 77.304,00
	35	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 34 a 38 anos	84	Unidade	R\$ 1.378,59	R\$ 115.801,56
	36	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	192	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 307.038,72
	37	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	168	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 321.155,52
	38	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	168	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 376.393,92
	39	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 54 a 58 anos	96	Unidade	R\$ 2.667,24	R\$ 256.055,04
	40	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para acima de 59 anos	84	Unidade	R\$ 4.492,97	R\$ 377.409,48
Valor total estimado do grupo para 12 (doze) meses >>>							R\$ 2.237.334,36

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926372	41	5908	plano de odontológico, conforme especificado no item 6.13. DO PLANO ODONTOLÓGICO do ETP	1.296	Unidades	R\$ 29,90	R\$ 38.750,40
Valor total estimado do item para 12 (doze) meses >>>							R\$ 38.750,40

1.1.6. CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE ALAGOAS - CORE-AL: (Participante)

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926838	42	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 24 a 28 anos	24	Unidade	R\$ 1.160,72	R\$ 27.857,28
	43	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 29 a 33 anos	24	Unidade	R\$ 1.288,40	R\$ 30.921,60
	44	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 39 a 43 anos	12	Unidade	R\$ 1.599,16	R\$ 19.189,92

	45	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 44 a 48 anos	24	Unidade	R\$ 1.911,64	R\$ 45.879,36
	46	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para faixa etária de 49 a 53 anos	24	Unidade	R\$ 2.240,44	R\$ 53.770,56
	47	13340	plano de saúde, conforme especificado no Termo de Referência, para acima de 59 anos	12	Unidade	R\$ 4.492,97	R\$ 53.915,64
Valor total estimado do grupo para 12 (doze) meses >>>							R\$ 231.534,36

UASG	Item	CATSER	DESCRIÇÃO	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
926838	48	5908	plano de odontológico, conforme especificado no item 6.13. DO PLANO ODONTOLÓGICO do ETP	120	Unidades	R\$ 29,90	R\$ 3.588,00
Valor total estimado do item para 12 (doze) meses >>>							R\$ 3.588,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação inicial é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto é utilizado de forma contínua na instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Informações Complementares:

1.6.1. A instituição informa que, atualmente, não possui colaboradores afastados por motivo de saúde, nem há beneficiários em regime de atendimento domiciliar (home care).

1.6.2. Ressalta-se que **não há possibilidade de inclusão de colaboradores inativos no plano de saúde** a ser contratado. A cobertura será destinada exclusivamente aos colaboradores ativos da instituição.

1.6.3. O reembolso de despesas assistenciais será adotado conforme as disposições estabelecidas na **Resolução Normativa nº 557/2022 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**.

1.6.4. A cobertura do plano de saúde deverá atender, no mínimo, ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde vigente, bem como às suas eventuais atualizações, conforme estabelecido pela Resolução Normativa nº 465/2021 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

1.6.5. A operadora deverá disponibilizar a **carteira do plano de saúde em formato digital**, garantindo sua funcionalidade para identificação e uso pelos beneficiários. A **versão física** deverá ser fornecida **caso seja expressamente solicitada** pelo beneficiário.

1.6.6. Informa-se que **não haverá cobrança de coparticipação** sobre os procedimentos realizados pelos beneficiários no âmbito do plano de saúde contratado.

1.6.7. RELATÓRIO DE SINISTRALIDADE

1.6.7.1. A operadora contratada deverá disponibilizar ao contratante, mediante solicitação formal, relatórios analíticos de sinistralidade referentes ao plano de saúde coletivo empresarial ou por adesão.

Os relatórios deverão conter, no mínimo:

- a) Índices de utilização dos serviços assistenciais;
- b) Frequência e tipo de eventos cobertos;
- c) Custos assistenciais agregados;
- d) Evolução da sinistralidade ao longo do período contratual;
- e) Informações que subsidiem eventuais propostas de reajuste.

1.6.7.2. Esta exigência está fundamentada nas seguintes normas e práticas:

- 1) Resolução Normativa nº 195/2009 da ANS, especialmente o art. 17, que impõe à operadora o dever de transparência quanto à base de cálculo dos reajustes, incluindo a sinistralidade, quando aplicável;
- 2) Resolução Normativa nº 389/2015 da ANS, que assegura ao contratante o direito de acesso a dados assistenciais e financeiros agregados, com vistas à gestão eficiente do benefício;
- 3) O descumprimento desta cláusula poderá acarretar a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, incluindo advertência, multa e rescisão contratual por inexecução parcial ou total.

1.6.8. COMPROVAÇÃO DE REDE MÍNIMA

1.6.8.1. A operadora contratada deverá apresentar, como condição para habilitação e durante a vigência contratual, comprovação documental da rede mínima assistencial disponível aos beneficiários do plano de saúde coletivo. Essa rede deverá contemplar, de forma compatível com o número de vidas contratadas e a abrangência geográfica prevista, os seguintes tipos de prestadores:

- a) Hospitais gerais e especializados;
- b) Clínicas médicas e multiprofissionais;
- c) Laboratórios de análises clínicas e de imagem;
- d) Consultórios médicos e odontológicos, quando aplicável.

1.6.8.2. A rede assistencial deverá estar apta a garantir o cumprimento integral do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS, conforme previsto na Resolução Normativa nº 465/2021, assegurando cobertura assistencial adequada e acesso oportuno aos serviços.

1.6.8.3. A exigência está amparada nas seguintes normas:

- a) Resolução Normativa nº 395/2016 da ANS, que trata da obrigatoriedade de divulgação clara e precisa da rede assistencial, garantindo ao contratante o direito à informação e à transparência;
- b) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que autoriza a definição de exigências técnicas mínimas nos editais e termos de referência, com vistas à adequação do objeto ao interesse público e à garantia da efetividade contratual.

1.6.8.4. A comprovação poderá ser feita por meio de:

- a) Listagem atualizada dos prestadores credenciados, com nome, especialidade, endereço e CNPJ;
- b) Mapa de cobertura geográfica por município ou região;

c) Declaração da operadora quanto à manutenção da rede durante a vigência contratual.

1.6.8.4.1. A não apresentação ou a inconsistência das informações poderá ensejar a desclassificação da proposta ou, em fase contratual, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

1.6.9. Vigência do Plano Odontológico:

Por se tratar da primeira contratação de plano odontológico pela instituição, sua vigência terá início concomitante com a do plano de saúde, garantindo alinhamento entre ambos os contratos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DAS DEMANDAS

2.1.1. D.O.D. nº 020/2025 - Plano de saúde e odontológico

****Justificativa da necessidade de contratação.***

A contratação é necessária para dar continuidade aos serviços já oferecidos de assistência à saúde dos colaboradores do Core-SP e iniciar conjuntamente a contratação de Plano Odontológico, visando manter segurança e tranquilidade, além de:

- ***Acesso a cuidados preventivos:*** *Incentiva práticas de saúde preventivas, ajudando a evitar doenças graves e reduzindo a necessidade de tratamentos emergenciais.*
- ***Qualidade de vida:*** *Melhora a qualidade de vida dos colaboradores, resultando em maior felicidade e satisfação no ambiente de trabalho.*
- ***Bem-estar geral:*** *A saúde bucal tem impacto direto na saúde geral, prevenindo problemas mais sérios, como doenças cardíacas e diabetes.*
- ***Melhoria do clima organizacional:*** *Colaboradores que se sentem cuidados tendem a ter uma percepção mais positiva do ambiente de trabalho.*
- ***Economia a longo prazo:*** *Investir na saúde dos colaboradores pode resultar em menores custos com indenizações, afastamentos e perda de produtividade.*
- ***Redução de faltas:*** *Colaboradores saudáveis tendem a faltar menos ao trabalho, aumentando a consistência e a produtividade.*
- ***Foco e energia:*** *Cuidar da saúde mental e física dos empregados mantém-nos mais energizados e focados em suas tarefas.*

**trecho extraído do D.O.D. nº 020/2025, de 11 de fevereiro de 2025.*

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/60746179000152/2025/1>

D.F.D. nº: 093/2024, Unidade Requisitante / Demandante: Coordenadoria Contábil Financeira, Responsável pela demanda: Jéssica Soares Oliveira.

2.3. Atual prestadora do serviço:

Plano de saúde: SUL AMERICA SEGURADORA DE SAÚDE S.A.

Plano odontológico: será a primeira contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, (*Item 6. Descrição da solução como um todo*) apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Deverão ser atendidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Cadastro no Cadin

4.4. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste artefato, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4.4.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme exigência trazida pela Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2022, por meio da Lei nº 14.973 de 16.09.2024.

4.4.2. A constatação de existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a emissão do empenho e, neste caso, o fornecedor será notificado para apresentar manifestação, demonstrando a sua regularidade no prazo de 3 (três) dias úteis.

4.4.3. Caso o fornecedor não apresente as manifestações comprovando sua regularidade quanto à dívida inscrita no Cadin, será realizado o cancelamento da adjudicação, sem prejuízo da aplicação de procedimento sancionatório ao fornecedor.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, (*Item 6. Descrição da solução como um todo*) apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Em conjunto com o setor demandante, o fiscal poderá acompanhar a execução do contrato, com a finalidade de reduzir erros.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Para fins de aplicação de sanções, será adotado o previsto na Resolução nº 05/2024 (*anexo ao artefato*), que dispõe sobre os procedimentos de gestão administrativa relacionados à apuração e aplicação de sanções administrativas às proponentes, licitantes e contratadas, no âmbito do Core-SP.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. (suprimido)

8.3. (suprimido)

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. (suprimido)

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária, ou o índice que o substitua.

Forma de pagamento

8.22. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após o ateste da Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, contrato ou outro instrumento hábil, conforme o caso, preferencialmente por boleto bancário e excepcionalmente por transferência Bancária a ser creditada na conta corrente da CONTRATADA, desde que o material/serviço tenha sido entregue /prestado integralmente, aprovado e atestado pela fiscalização da CONTRATANTE.

8.23. O Boleto Bancário deverá estar regularmente instruído, como CEDENTE a Contratada, como SACADO o Contratante (Core-SP) e sem nenhum tipo de antecipação do recebível. Sendo que o pagamento será efetuado única e exclusivamente para a Contratada.

8.24. A CONTRATANTE seguirá a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: I - fornecimento de bens; II - locações; III - prestação de serviços; e IV - realização de obras.

8.25. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, II, da Lei nº 14.133 /21 serão efetuados no âmbito do Core- SP, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal com o ateste do recebimento definitivo no setor Financeiro.

8.26. O Core-SP reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o material /serviço não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

8.27. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE.

8.27.1 Na Nota Fiscal emitida para a CONTRATANTE deverão constar os dados bancários para crédito/emissão da ordem bancária, contendo: código e nome do banco, número da agência (sem o dígito) e número da conta corrente (com o dígito).

8.27.2. Na Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar no campo um (1) o número da nota de empenho, no campo dois (2) o número do processo, e ainda se o (3) "Documento foi emitido por ME ou EPP Optante Simples Nacional ou não", acompanhado do respectivo comprovante.


 60.746.179/0001-52	Nota de empenho  197	Exercício 2021
Número: 197 Tipo: Global	 Processo: 045/2021 Modalidade Contratada: Dispensa	 Emissão: 31/08/2021

Figura 1: Exemplo de cabeçalho da Nota de empenho com as informações para a contratada informar na nota fiscal.

8.28. Na efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.

8.29. O boleto bancário das empresas Não Optantes do Simples Nacional deverá ser emitido no valor líquido, ou seja, excluído o valor de impostos, considerando que cabe ao Core-SP a retenção dos tributos federais, conforme legislação acima citada.

8.30. O setor financeiro do Core-SP encaminhará via e-mail o comprovante dos impostos retidos para a Contratada.

8.31. No caso da CONTRATADA ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

8.32. Caso não seja apresentada a Declaração de optante pelo Simples Nacional, a CONTRATANTE efetuará os recolhimentos, na forma da legislação, como não sendo optante pelo regime especial de tributação.

8.33. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.

8.34. É vedado à CONTRATADA, sob pena de rescisão do ajuste, negociar ou caucionar a Nota de Empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto da avença.

8.35. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.

8.36. Caso a situação não seja regularizada, a CONTRATANTE efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão unilateral da avença, em face da configuração de inexecução do ajuste, com fundamento no art.147 ao 150, combinado com o art. 155 ao 163 da Lei 14.133/21.

Antecipação de pagamento

8.37. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

8.38 Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano conforme a data-base vinculada à data do orçamento estimado.

8.39.1. Não haverá alteração de valores com periodicidade inferior a um ano, conforme exige o §1º e o §3º do art. 2º da Lei nº 10.192/2001, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária do beneficiário assistido ou aumento/redução do quantitativo de beneficiários.

- 8.39.2. No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.
- 8.39.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice vigente **IPCA Saúde**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.39.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.39.5. Independentemente do prazo de vigência do contrato, o reajuste de preços será realizado conforme a data-base vinculada à data do orçamento estimado, podendo ser adotados mais de um índice específico ou setorial, de acordo com a realidade de mercado dos respectivos insumos, em conformidade com o disposto no art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2024.
- 8.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.44. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 8.45. Para fins de repactuação, além do índice disposto no parágrafo anterior será utilizado o índice de sinistralidade (R1), o qual será aplicado quando a fórmula abaixo ultrapassar 70%:
- $$R1 = ((\Sigma \text{Despesas}) / (\Sigma \text{Receitas})) / SM - 1$$
- Onde:
- Σ Despesas = soma das despesas assistenciais dos últimos 12 meses;
- Σ Receitas = soma das mensalidades dos últimos 12 meses;
- SM = sinistralidade máxima esperada
- 8.45.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE a comprovação da variação nos custos, conforme disposto anteriormente, juntamente com o percentual a ser aplicado sobre as mensalidades, por meio de um relatório detalhado acompanhado da memória de cálculo dos valores.
- 8.46. Na hipótese de a licitação ser considerada fracassada ou deserta, a Administração poderá, a seu critério, adotar outro índice alinhado à realidade do mercado, desde que sejam respeitados os critérios dispostos nos itens 8.39 a 8.45.1.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. Trata-se de **registro de preços**, sendo, portanto, a adesão **facultativa**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **continuado**.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. (suprimido)

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, **para cada exercício**, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor total estimado da parcela pertinente**.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovante da regularidade da situação cadastral relativa à autorização de funcionamento na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

9.31.1. Comprovante de inscrição no Conselho Regional de Medicina do estado competente, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 9.656/1998.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões

ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins de comprovação mencionados neste subitem, os atestados deverão referir-se a contratos já executados, compatíveis com o objeto da contratação, e que envolvam quantidades mínimas correspondentes a **50% (cinquenta por cento)** do valor total estimado do grupo ou do item.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.33. (suprimido)

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 5.688.875,64 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A conexão entre a contratação e o planejamento existente está contido na Proposta Orçamentária e Plano de Trabalho do Core-SP para o exercício de 2025 e demonstrativo de execução de receita e da despesa. A despesa decorrente do CONTRATO ocorrerá na conta contábil: **6.2.2.1.1.01.01.03.003 - Plano de Saúde e 6.2.2.1.1.01.01.03.004 - Plano Odontológico.**

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Proposta Orçamentária e Plano de Trabalho do Core-SP respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

19. 7. ALTERAÇÕES

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

20. 8. FORO

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

As regras correspondentes estão detalhadas no **ANEXO II** - Minuta do Termo de Contrato.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GRAZIELLA PAULA ATUM DORTA

Assessora Técnica em Licitações

Despacho: Equipe de Planejamento

MAIKE ANDRE MARQUES

Coordenador Técnico

Despacho: Demandante

JESSICA SOARES OLIVEIRA

Coordenadora Contábil-financeiro